

PAULO RAMOS

contatopauloramos@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, BRASIL

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a necessidade de inclusão do estudo de histórias em quadrinhos nos cursos universitários brasileiros voltados à formação de professores de línguas materna e estrangeira. A premissa é ancorada na inserção dessas produções, que circulam por diferentes mídias, no campo educacional do Brasil, objeto de análise desta discussão. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), desenvolvidos pelo governo federal para serem aplicados no ensino básico do país (ensinos fundamental e médio), incluem os quadrinhos entre os gêneros multimodais a serem trabalhados em sala de aula. Embora careça de uma explicação sobre como trabalhar tais conteúdos junto aos alunos, foi a primeira vez que um documento oficial do país mencionou as histórias em quadrinhos como itens possíveis de serem aplicados no ensino. Até então, elas ficavam à margem, ora vistas com resistência ou preconceito, ora ignoradas, ora usadas pontualmente para exposição de conteúdos gramaticais. A percepção de que o domínio de textos com distintas modalidades deva figurar na agenda de leitura e escrita dos alunos é corroborada por autores como Rojo (2012), que usa o termo multiletramentos para sintetizar tais concepções. Especificamente sobre os quadrinhos, essa visão é compartilhada ainda por Ramos (2012), para quem a leitura dos quadrinhos pressupõe o necessário domínio dos recursos próprios de sua linguagem. Para além da exposição teórica, pretende-se também apresentar uma possibilidade de aplicação de histórias em quadrinhos em cursos de licenciatura, de modo a corroborar a necessidade de inserção do tema na área de Letras. O conteúdo irá se centrar numa experiência realizada num curso brasileiro de Letras, voltado a formar docentes para o ensino de línguas materna e estrangeira. Postula-se que os resultados dessa aplicação ajudaram a trazer um olhar transformador sobre a questão, que, espera-se, seja refletido nas atividades didáticas dos futuros docentes.

PALAVRAS-CHAVE

História em quadrinhos; formação de professores; multiletramentos

Mudou a forma como as histórias em quadrinhos passaram a ser vistas no Brasil. De produções analisadas com reserva por autoridades de ensino e pensadores ligados à infância durante boa parte do século XX, tornaram-se, contemporaneamente, instrumentos oficiais de fomento à leitura. A linguagem quadrinística e muitas de suas narrativas permaneceram as mesmas. Mudou o olhar atribuído a elas.

Documentos de políticas relacionadas à educação básica brasileira, que inclui os ensinos fundamental e médio, explicitam atualmente a possibilidade de uso de quadrinhos nas práticas de sala de aula e como objeto de leitura. Tais registros ocorrem tanto nos níveis estadual e municipal quanto no federal. Talvez por consequência de décadas de marginalização do tema na área educacional do país, as menções ainda carecem de um maior detalhamento ou mesmo melhor compreensão do ponto de vista teórico.

Um exemplo a ser mencionado é o fato de os quadrinhos serem vistos como um gênero. Essa visão contrasta com a prática, que apresenta uma diversidade de produções, e também com o que vem sendo estudado sobre o assunto do ponto de vista teórico (Mendonça, 2002; Ramos, 2011, 2012, 2014a, 2014b; Capistrano Jr., 2012; Gatti, 2013; Carmelino, 2014). Entre esses autores, existe convergência no olhar de que os quadrinhos são uma linguagem composta por vários gêneros autônomos (tiras cômicas, charges, super-heróis, para ficarmos em três exemplos), e não por apenas um gênero.

A questão central, no entanto, é que esse aspecto é apenas um dos que poderiam ser levantados sobre a presença dos quadrinhos em documentos relacionados ao ensino no país. Os quadrinhos têm sido cada vez mais constantes no universo educacional – exames nacionais de avaliação escolar, vestibulares, livros didáticos – sem que haja a contraparte de levar o professor a pensar de forma crítica essa forma de produção. E isso vale tanto para o atual quanto para o futuro docente.

Nos cursos de Letras, que têm como uma de suas funções sociais a preparação dos professores que irão atuar no ensino básico, é assunto que tem passado tangencialmente, a se pautar pelos projetos pedagógicos das universidades públicas brasileiras, tidas como referenciais no país em termos de qualidade. É esse o ponto que o artigo em tela pretende discutir.

A proposta é revisitar a relação tensa entre quadrinhos e ensino vivida no Brasil ao longo do século XX, expor o ingresso do tema em documentos oficiais relacionados ao ensino e propor uma aplicação em cursos de Letras, aplicação esta realizada entre licenciandos do *campus* de humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). A linha que permeará todas as etapas de nossa exposição é a defesa da necessidade de inserção do

assunto nos programas de ensino dos cursos brasileiros de formação de professores.

ENSINO *VERSUS* QUADRINHOS

Discutir o surgimento das histórias em quadrinhos é problemático. Vai depender do olhar que se dê ao objeto. Há quem defenda que telas europeias e rolos japoneses já conservavam os primeiros traços do que viria a ser a linguagem (McCloud, 2005; Koyama-Richard, 2008; García, 2010). Outros entendem que o ponto-chave de seu nascimento tenha sido a imprensa, em particular a norte-americana (Horn, 1976). No Brasil, pelo menos, converge a percepção de que os jornais do século XIX (primeiro) e as primeiras revistas do século XX (depois) tenham tido papel fundamental na circulação das produções quadrinísticas.

Nas primeiras décadas do século XX, os quadrinhos passaram a ocupar espaço no Brasil tanto na imprensa jornalística quanto em suplementos e revistas, entre os quais se destaca *O Tico-Tico*. Criado em 1905, o semanário mesclava contos, fatos históricos e quadrinhos. O conteúdo passou a dialogar diretamente com o leitor jovem, algo que não ocorria até então no Brasil na área de quadrinhos (Vergueiro & Santos, 2005).

Do que se documenta a respeito, o contato com o público infanto-juvenil permaneceu em harmonia até meados da década de 1940. Autores como Gonçalves Júnior (2004) e Vergueiro (2004) creditam à influência das ideias de Fredric Wertham uma virada nesse cenário. O psiquiatra norte-americano obteve repercussão ao defender que os quadrinhos poderiam trazer mal à formação da criança, inclusive levando-a à marginalidade e a ter comportamentos homossexuais.

As ideias de Wertham tiveram eco no Brasil. Instaurou-se o que Gonçalves Júnior (2004) chamou de “guerra aos gibis”, uma espécie de cruzada contra as revistas em quadrinhos infantis e juvenis, protagonizada por diferentes segmentos. Um deles era a escola e as pessoas que a pensavam e que formalizavam políticas de ensino. Já na década de 1950, começaram a surgir registros desse pensamento, refletido na concepção de que histórias com imagens afastariam a criança da “boa leitura” e que os quadrinhos tornariam a juventude com “preguiça mental”.

A escritora Cecília Meireles explicitou isso à época no livro *Problemas da Literatura Infantil*, que reunia três conferências feitas por ela num curso de férias da Secretaria de Educação de Minas Gerais. No entender da poetisa, deveria ser privilegiada a obra que não tivesse figuras. O elemento visual,

para ela, poderia inverter o exercício da imaginação. “Este é um dos perigos a assinalar nas discutidas histórias em quadrinhos” (Mireles, 1951, p. 149).

Outra obra ajuda a ilustrar o olhar atribuído aos quadrinhos. No final da década de 1950, Antônio D’Ávila escreveu *Literatura Infanto-Juvenil*, livro que procurava auxiliar o professor a trabalhar a questão proposta no título “como parte e prolongamento do curso de português” (D’Ávila, 1969, p. 5). No capítulo dedicado a jornais e revistas, o autor via superlativos em *O Tico-Tico*. Mas só. Os demais quadrinhos configurariam “um grave e sério problema, com a ameaça da integridade física, moral e intelectual de nossas gerações novas” (D’Ávila, 1969, p. 87). Essa forma de produção foi sintetizada como sendo “má literatura” ou “má leitura”.

Um claro reflexo de como tais políticas educacionais refletiram na sociedade pode ser visto nos números de pesquisa do Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), órgão que se especializou no país em aferir a opinião pública da sociedade sobre os mais variados temas. O levantamento foi reproduzido por Gonçalo Junior (2009, p. 38) e havia sido realizado em 1954 no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A pergunta feita pelo Ibope foi: “na sua opinião, as histórias em quadrinhos são prejudiciais ou, pelo contrário, são inofensivas à educação das crianças?”. Entre os paulistas, 75% disseram ver aspectos nocivos nos quadrinhos. Entre os cariocas, 58% enxergaram elementos negativos. Essas premissas negativas, fundamentadas e difundidas por órgãos oficiais e especialistas em leitura infantojuvenil, fincaram algumas das raízes sobre o olhar atribuído aos quadrinhos ao longo das décadas seguintes.

ENSINO DE QUADRINHOS

A relação inicial de rejeição entre quadrinhos e ensino no Brasil deu passos para o que se poderia chamar de um flerte a partir da década de 1970. Foi quando se percebeu uma paulatina inserção dos quadrinhos nos livros didáticos. Na leitura de Mendonça¹, houve quatro momentos da presença das histórias em quadrinhos na educação brasileira:

1. leitura clandestina;
2. leitura tolerada;

¹ Trata-se da pesquisadora Márcia Mendonça, professora do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL-Unicamp), em conferência realizada na 1ª Jornada Internacional de Histórias em Quadrinhos, realizada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) em 25 de agosto de 2011.

3. leitura recomendada;
4. leitura ensinada/didatizada.

As duas primeiras situações abarcavam tanto a já mencionada proibição dos quadrinhos na sala de aula – e, por isso, clandestina – quanto a presença tolerada em dadas situações e contextos, como tema de provas ou dia dedicado à discussão de obras preferidas dos alunos. Na interpretação da pesquisadora, o ingresso mais concreto dos quadrinhos no ensino ocorreu nos dois outros itens.

O caso da leitura ensinada/didatizada seria um reflexo direto da inserção dos quadrinhos nos livros didáticos. Segundo Mendonça, houve um gradativo e constante crescimento no uso de quadrinhos em tais publicações ao longo dos anos. Na década de 1970, em que predominava uma visão de linguagem como instrumento para comunicação, os quadrinhos tendiam a serem vistos como produto midiático para compor um recurso didático (Mendonça, 2012).

Na década de 1980 e em meados da de 90, houve nos livros didáticos uma ênfase maior nos processos de leitura e compreensão de textos, pondo em segundo plano o predomínio do ensino gramatical. Nesse novo momento, os quadrinhos foram usados uma vez mais de forma acessória, ora como introdução ao tema da unidade, ora como epígrafe, ora apresentando conteúdo temático ou sendo usado como texto principal do capítulo.

Desde a virada do século, ocorreu uma associação dos quadrinhos ao conceito de gênero, muito influenciado pelos escritos de Bakhtin (2000). Os quadrinhos passaram a ser trabalhados como se fossem apenas um gênero e começaram a ser vistos como um texto a ser analisado no contexto educacional.

Os conceitos de gênero e texto moldaram a realidade pedagógica brasileira por influência direta dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), desenvolvidos na segunda metade da década de 1990. Os dois termos eram explicitamente citados e recomendados nos parâmetros ligados à Língua Portuguesa, tanto do ensino fundamental quanto do médio, com uma expectativa de que seu uso fosse aprofundado ao longo do período escolar, como registra o parâmetro dedicado a Linguagem, Códigos e Suas Tecnologias (Ministério da Educação, 2006).

Observa-se que os quadrinhos são vistos como leitura (agora válida e permitida) à luz dos parâmetros, o que configura uma mudança radical na forma como foram abordados décadas atrás no país. Isso também

oficializa, de forma governamental, seu ingresso no campo do ensino brasileiro. De leitura clandestina, passa a ser explicitamente proposta.

Os PCN compõem a outra situação dos quadrinhos no ensino sugerida por Mendonça, a chamada leitura recomendada. Ao lado dos parâmetros, também exerceram influência outras ações governamentais, como o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático), cujos reflexos foram percebidos na forma de trabalhar quadrinhos como texto, e o PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola), ambos do governo federal.

O PNBE foi criado em 1997 com o objetivo de democratizar o acesso à leitura. Desde seu surgimento, as obras compradas foram enviadas a bibliotecas escolares de todo o país. Nos anos iniciais deste século, integravam acervo pessoal dos estudantes. Em 2005, foi retomada a proposta original de compor bibliotecas. No ano seguinte, os editais de seleção passaram a incluir (e a recomendar) histórias em quadrinhos, algo inédito até então.

Embora passível de uma análise mais crítica, o fato que nos é relevante para esta discussão é que PCN, PNBE e PNLD refletem, cada um a seu modo, uma política oficial de uso das histórias em quadrinhos no ensino, cenário, nesse aspecto, diametralmente oposto ao visto no país meio século antes.

ENSINO COM QUADRINHOS

As políticas brasileiras que enxergam contemporaneamente uma vantagem no uso dos quadrinhos no ensino estão ainda desarticuladas da prática. Em outros termos: não se discutem formas de como transpor tais conteúdos para a realidade de sala de aula. O mesmo tende a ocorrer nos cursos de formação dos futuros professores, entre os quais interessa particularmente os de Letras.

Do pouco que se tem notícia, as experiências se resumem a reflexos de como os quadrinhos são abordados nos livros didáticos, no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio, elaborado pelo governo federal) ou em exames vestibulares. Entre os gêneros privilegiados, constam as tiras, as charges e as adaptações literárias, estas muito por conta da presença delas nas seleções do PNBE. Parece inexistir uma proposta clara e abrangente de trabalhar tais textos multimodais.

O tema multimodalidade entrou no universo educacional brasileiro quando se percebeu que produções com diferentes signos, tanto de ordem verbal quanto visual, passaram a compor o material lido pelo aluno e a ele

distribuído no circuito escolar. Mesmo o conceito de letramento² precisou ser rapidamente ampliado por conta da questão.

Do “resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever” (Soares, 2010, p. 18), o termo passa a ser visto no plural, letramentos, como reflexo das práticas plurais, heterogêneas e multimodais de linguagem (Rojo, 2009), até ser cunhada a expressão multiletramentos, de modo a ajustar o foco para os aspectos múltiplos de cultura e linguagem presentes (Rojo, 2012).

Essa nova perspectiva teórica coloca um problema aos responsáveis pelos cursos de Letras brasileiros. Ignorados ou abordados de forma tangencial durante décadas, fruto de um olhar que os rejeitava ou os ignorava no universo educacional do país, os quadrinhos passam a ser um dos textos multimodais a compor o circuito de produções cujos multiletramentos devem ser trabalhados. A necessidade de inserção dos quadrinhos no planejamento educacional dos cursos de formação de professores é apontado também por Santos Neto e Silva (2011), para quem o tema configura um desafio.

No intuito de propor uma reflexão mais prática do tema, apresenta-se aqui uma experiência desenvolvida no curso de Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que fica em Guarulhos, segunda cidade mais populosa do estado de São Paulo, no Brasil. O curso permite que os licenciandos em português e línguas estrangeiras (inglês, espanhol e francês) se matriculem em disciplinas optativas. No segundo semestre de 2013, uma delas, por nós ministrada, abordou especificamente a temática dos quadrinhos no ensino.

Intitulada “Quadrinhos: linguagem, gêneros e ensino”, a matéria foi oferecida a estudantes das quatro habilitações de Letras e a uns poucos de outros cursos do campus da humanas da universidade. Configurou-se, por conseguinte, uma turma bastante heterogênea, formada também por discentes de história, pedagogia e ciências sociais, todos unidos pela licenciatura em suas respectivas áreas.

Como o título sugere, a disciplina procurava trabalhar a linguagem dos quadrinhos, bem como seus gêneros, e aplicar os conceitos à realidade de sala de aula. Uma das atividades avaliativas propostas foi a elaboração de um plano de aula que estivesse inserido em uma sequência didática (conforme definição de Dolz e Schneuwly, 2004) a ser aplicada em alguns dos anos dos ensinamentos fundamental e médio. A definição do perfil do aluno ficava a critério do discente da disciplina, assim como a história em

² Letramento é a forma como o termo inglês *literacy* foi traduzido no Brasil. Em Portugal, vigora a palavra *literacia*.

quadrinhos que ele selecionaria para ser trabalhada na aula. Essas atividades objetivavam ajudar os estudantes a:

1. pensar criticamente as histórias em quadrinhos;
2. ampliar o rol de leituras;
3. dominar os diferentes gêneros e os recursos da linguagem quadrinística.

Sobre o último objetivo, após leitura de obra teórica sobre os quadrinhos, os alunos foram instados a desenvolver uma história em quadrinhos. Pedia-se que não ultrapassassem o espaço de uma página. A proposta era que elaborassem uma narrativa que refletisse algum aspecto da relação de vida de cada um sobre a presença dos quadrinhos no ensino. Os objetivos da atividade, também avaliativa, foram:

1. aplicar conceitos teóricos da linguagem dos quadrinhos lidos previamente;
2. aprender processos de produção de texto multimodal;
3. propor uma análise crítica sobre a forma como o discente enxergava os quadrinhos ao longo do tempo.

Como resultados, pôde-se constatar que todos os discentes souberam articular numa sequência narrativa os elementos da linguagem dos quadrinhos, alguns com resultados bastante criativos. No processo de produção, houve diferentes recursos utilizados: desenho, fotografia, recursos de informática, colagem de outras histórias, um híbrido das possibilidades anteriores. Para a maioria, segundo relatos dos próprios alunos, havia sido a primeira história nesses moldes feita por eles.

Para além do domínio da linguagem, havia ficado claro que a atividade se pautava também numa reflexão sobre a presença dos quadrinhos no ensino. Os relatos, a maioria autobiográficos, externaram, em sua maioria, a visão de que tais narrativas são/foram usadas apenas de forma ilustrativa para transmitir algum outro conteúdo – muitos sinalizaram ser algo de cunho gramatical, como bem resume a história a seguir, feita por um dos estudantes.

Utilizando o formato da tira, a história faz uma leitura sintética, de forma diacrônica, de como os quadrinhos teriam sido utilizados na trajetória do aluno. De leitura livre na pré-escola, passaram a ser trabalhados como recurso para que tópicos gramaticais fossem abordados (isso fica exposto no segundo quadrinho). Outras produções indicaram que existiria

nos ensinos fundamental e médio uma falta de preparo do professor em abordar o tema quadrinhos (Figura 2) e que estes ainda seriam vistos como uma leitura inferior ao livro em si (Figura 3).



Figura 1 – Exemplo de produção em quadrinhos feita por alunos universitários de Letras

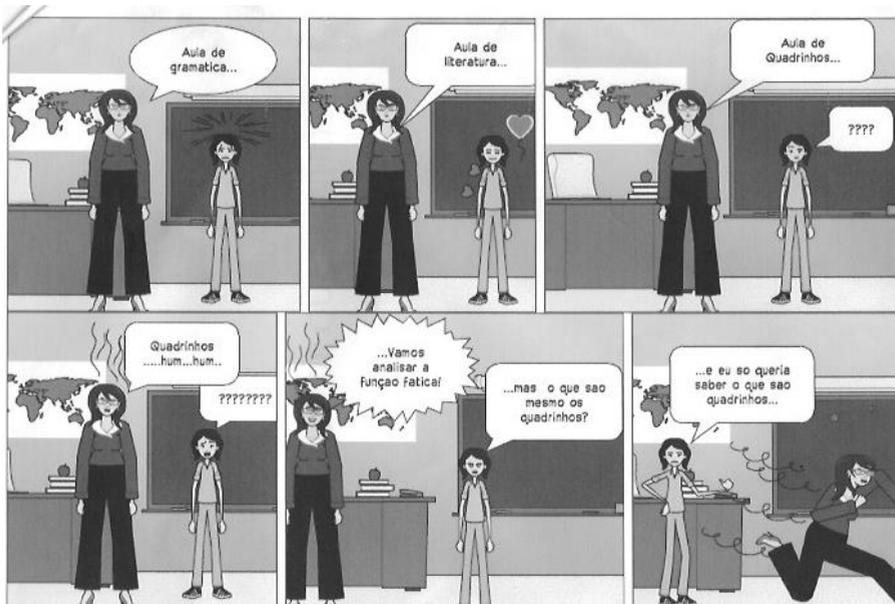


Figura 2 – Professora foge ao ser questionada sobre o que seriam os quadrinhos



Figura 3 – Professora pergunta se algum colega teria trazido mais de um livro para emprestar (último quadrinho) ao ouvir da aluna que esta teria levado quadrinhos da Turma da Mônica para serem lidos no “Dia de Leitura da Escola” (escrito no quadro negro, no quadrinho inicial)

A atividade gerou 38 produções. Mesmo com claros toques ficcionais na condução das histórias, pode-se identificar no filtro narrativo trazido pelos alunos ecos da presença dos temas discutidos durante a década de 1950 no Brasil por autoridades ligadas ao ensino. Ou seja, quadrinhos vistos como leitura inferior a outras ou direcionada apenas para o público infantil. Também parecem persistir as experiências relatadas por Mendonça nos livros didáticos das décadas de 1970 e 80, que tomavam os quadrinhos como produto de comunicação para ser utilizado como pretexto para outros conteúdos, e não que fosse um texto válido por si só.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Houve uma transição no modo como as histórias em quadrinhos são vistas no Brasil por autoridades relacionadas às políticas de ensino. De “má leitura”, a ponto de ser proibida em acervos, passou a ser trabalhada como leitura. De rejeitas, passaram a ser aceitas. Embora representem uma significativa mudança no modo de abordar o tema, tais políticas não se furtam de críticas. De todo modo, como constatado, representa uma mudança de olhar se comparado ao passado.

O que falta, no nosso entender, é formar o atual e o futuro professor sobre o tema. No caso dos licenciandos em Letras, parece ser fundamental instrumentalizar o aluno para que possa refletir criticamente sobre o tema, de modo a reproduzir essa reflexão nas práticas de sala de aula, tanto em língua materna quanto estrangeira.

O que se pretendeu com a exposição de uma experiência realizada no curso de Letras da Universidade Federal de São Paulo não foi a de postular um modelo a ser seguido ou algo nesses moldes. Pelo contrário, foi demonstrar, na prática, como a discussão sobre a linguagem e os gêneros quadrinísticos pode ser transformador na formação do professor que irá atuar no ensino básico.

Entende-se que não se pode pensar em políticas de inclusão de quadrinhos no ensino sem que haja a necessária contraparte de abordar de forma crítica o tema. Nesse aspecto, os cursos de Letras brasileiros não podem se furtar de seu papel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bakhtin, M. (2000). Os gêneros do discurso. In M. Bakhtin, *Estética da criação verbal* (pp. 277-326). São Paulo: Martins Fontes.
- Capistrano Jr., R. (2012). *Referenciação e humor em tiras do Gatão de Meia Idade, de Miguel Paiva*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.
- Carmelino, A. C. (2014). Reflexões sobre a (ir)relevância de categorizar gêneros: em questão certos textos humorísticos. *Revista (con)textos linguísticos* 8(10.1), 141-165.
- D'Ávila, A (1969). *Literatura Infanto-Juvenil*. São Paulo: Editora do Brasil.
- Dolz, J. & Schneuwly, B. (2004). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras.
- García, S. (2010). *La novela gráfica*. Bilbao: Astiberri.
- Gatti, M. A. (2013). *A representação da criança no humor: um estudo sobre tiras cômicas e estereótipos*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- Gonçalo Junior (2004). *A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gonçalo Junior (2009). *O mocinho do Brasil: a história de um fenômeno editorial chamado Tex*. São Paulo: Laços.
- Horn, M. (1976). *The world encyclopedia of comics*. New York: Chelsea House Publishers.
- Koyama-Richard, B. (2008). *Mil años de manga*. Barcelona: Electa.
- McCloud, S. (2005). *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: M.Books.

- Meireles, C. (1951). *Problemas da Literatura Infantil*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- Mendonça, M. R. S. (2002). Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. In A. P. Dionísio; A. R. Machado & M. A. Bezerra (Orgs.), *Gêneros textuais & ensino* (pp. 195-207). Rio de Janeiro: Lucerna.
- Mendonça, M. (2012). Notas sobre quadrinhos em livros didáticos de português do ensino médio na década de 1970. In L. Vazquez (Org.). *Segundo Congresso Internacional Viñetas Serias – Narrativas gráficas: lenguajes entre arte y el mundo. Libro de actas*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional.
- Ministério da Educação (2006). *Linguagem, códigos e suas tecnologias*. Brasília: Secretaria de Educação Básica.
- Ramos, P. (2011) *Faces do humor: uma aproximação entre piadas e tiras*. Campinas, SP: Zarabatana Books.
- Ramos, P. (2012). *A leitura dos quadrinhos* (2 ed.). São Paulo: Contexto.
- Ramos, P. (2014a). *Tiras livres: um novo gênero dos quadrinhos*. João Pessoa: Marca de Fantasia.
- Ramos, P. (2014b). Gêneros do humor nos quadrinhos. In M. P. P. Lins & R. Capistrano Jr. (Orgs.), *Quadrinhos sob diferentes olhares* (pp. 65-86). Vitória: PPGEL-UFES.
- Rojo, R. (2009). *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Rojo, R. (2012). Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In R. Rojo & E. Moura (Orgs.), *Multiletramentos na escola* (pp. 11-31). São Paulo Parábola Editorial.
- Santos Neto, E.; Silva, M. R. P. (2011) Histórias em quadrinhos e educação: histórico e perspectivas. In E. Santos Neto & M. R. P. Silva, *Histórias em quadrinhos & educação* (pp. 19-32). São Bernardo do Campo: Editora da Universidade Metodista de São Paulo.
- Soares, M. (2010). *Letramento: um tema em três gêneros* (4 ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Vergueiro, W. (2004). Uso das HQs no ensino. In W. Vergueiro & A. Rama (Orgs.), *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula* (pp. 7-29). São Paulo: Contexto.
- Vergueiro, W. & Santos, R. E. (2005). *O Tico-Tico: centenário da primeira revista de quadrinhos do Brasil*. São Paulo: Opera Graphica.